



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640094 - SP (2021/0013031-4)

**RELATOR** : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
**IMPETRANTE** : LUCAS FUJIMORI MARTINELLI  
**ADVOGADO** : LUCAS FUJIMORI MARTINELLI - SP414762  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : GIOVANI RODRIGUES DA SILVA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de GIOVANI RODRIGUES DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2225879-93.2020.8.26.0000).

O paciente encontra-se preso preventivamente pela suposta infração do art. artigo 121, § 2º, incisos II e VI, c.c. o artigo 14, inciso II, ambos do Código Penal, c.c. a Lei 11.340/2006.

O impetrante sustenta que a fundamentação da cautelar seria baseada na gravidade abstrata do delito, estando ausentes os requisitos autorizadores da prisão preventiva.

No mais, aduz que não haveriam provas nos autos de que o paciente queria realmente matar a sua esposa.

Requer, liminarmente, que seja concedida a liberdade provisória com ou sem medidas cautelares diversas da prisão.

No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmada a liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, pois o acórdão ora questionado possui fundamentação idônea. Vejamos (e-STJ fl. 15):

*"A ordem deve ser denegada.*

*Descreve a denúncia que, no dia 04 de julho de 2020, por volta das 19h37min, no interior de sua residência situada à Rua Major João Batista França nº 298, Parque Industrial, na comarca de São José do Rio Preto, Giovani Rodrigues da Silva, agindo com animus necandi, por motivo fútil e em menosprezo pela condição feminina da vítima, tentou matar Kelly Cristina Cezario da Silva, mediante golpe efetuado com arma branca, somente não consumando o delito por circunstâncias alheias à sua vontade.*

*Segundo o apurado, Kelly e Giovani conviviam no mesmo lar. Na data dos fatos, durante uma discussão, o denunciado, alcoolizado, agrediu- a com um tapa no rosto; assustada com a agressão, ela saiu*

*de casa, retornando cerca de vinte minutos depois. Ocorre que ela continuou a ser intimidada pelo acusado e, com medo, pegou uma faca de cozinha para se defender. O denunciado, porém, tomou a faca de suas mãos e lhe desferiu um golpe em seu pescoço, evadindo-se do local em seguida. A vítima pediu socorro a um transeunte não identificado, que lhe prestou o devido socorro.*

*Nesse contexto, o douto Juízo a quo decretou a prisão preventiva, observando que o denunciado demonstrou frieza para com a vida humana, causando clamor público pela ousadia externada; a gravidade e as circunstâncias do crime evidenciam o risco à sociedade.*

*Mencionou que as peculiaridades do caso autorizam a imposição da custódia cautelar, já que, em liberdade, ele poderá influenciar nos ânimos da vítima e testemunhas e prejudicar a prova a ser colhida em juízo.*

*A custódia se faz necessária, inclusive para dar uma resposta à sociedade, que espera uma pronta manifestação da Justiça Criminal em relação a acontecimentos dessa espécie, que vitimizam mulheres em decorrência da condição de gênero. A conduta do paciente, sem dúvidas, provoca abalo na sociedade, sendo evidente que o ocorrido fez transparecer, no mínimo, insensibilidade moral, o que justifica a segregação para manutenção da ordem pública"*

Diante disso, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, **indefiro o pedido de liminar.**

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência